



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Aos seis dias do mês de janeiro de 2016, pelas 11 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:**

A)

- **Projeto de Lei n.º 61/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - 66.ª Alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime das incapacidades e seu suprimento, e adequação de um conjunto de legislação avulsa a este novo regime;**
- **Projeto de Lei n.º 62/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - 41.ª Alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando um conjunto de condutas que atentam contra os direitos fundamentais dos idosos;**
- **Projeto de Lei n.º 63/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - 21.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, 16.ª alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, 6.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, e 3.ª alteração ao Regime Jurídico do Referendo Local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, adequando as incapacidades eleitorais ativas ao novo regime civil das incapacidades;**

B)

- **Projeto de Lei n.º Projeto de Lei n.º 64/XIII/1.ª (PCP) - Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade (Procede à 24.ª alteração ao Código de Processo Penal);**
- **Projeto de Lei n.º 68/XIII/1.ª (BE) - Altera o Código de Processo Penal, revogando a possibilidade de julgar em processo sumário crimes com moldura penal superior a 5 anos de prisão;**
- **Projeto de Lei n.º 72/XIII/1.ª (PS) - Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, eliminando a possibilidade de**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

juízos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos;

4. **Apreciação e votação das atas n.ºs 4 a 8/XIII/1.ª (correspondentes às reuniões da Comissão de 1 a 23 de dezembro de 2015);**
5. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à comunicação de dois projetos de resolução que baixaram à Comissão:

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 49/XIII/1.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada	Agendado para a reunião plenária de 13 de janeiro de 2016
PJR 54/XIII/1.ª (BE)	Estatuto da Guarda Nacional Republicana	Deliberado remeter a respetiva discussão para reunião plenária, nos termos do artigo 128.º do RAR, a solicitação do Grupo Parlamentar do BE, autor da iniciativa.

Em seguida, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa europeia:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
Proposta de Diretiva do PE e do Conselho que altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas [COM(2015)750].	Deputado Fernando Negrão (PSD)	13.01.2016

No terceiro ponto da ordem do dia, foi adiada a discussão e votação na especialidade do primeiro conjunto de iniciativas (A) - os projetos de lei n.ºs 61/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - [66.ª Alteração ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime das incapacidades e seu suprimento, e adequação de um conjunto de legislação avulsa a este novo regime](#); 62/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - [41.ª Alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando um conjunto de condutas que atentam contra os direitos fundamentais dos idosos](#); e 63/XIII/1.ª (PSD e CDS-PP) - [21.ª Alteração ao](#)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

[Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, 16.ª alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 14/79, de 16 de maio, 6.ª alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, e 3.ª alteração ao Regime Jurídico do Referendo Local, aprovado pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto, adequando as incapacidades eleitorais ativas ao novo regime civil das incapacidades](#) -, com fundamento na falta de alguns dos pareceres solicitados pela Comissão.

Ainda a propósito dessas iniciativas, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, conjuntamente, do PCP e do PS, em 23 de dezembro de 2015, 4 e 6 de janeiro de 2016, respetivamente, requereram a audição de várias entidades, tendo em vista o aprofundamento da análise das soluções legislativas propostas e o alargamento do respetivo debate à sociedade portuguesa, tornando-o o mais informado possível, requerimentos que foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Dada a extensa lista de entidades a ouvir, num total de 22, o Senhor Presidente sugeriu que a organização e o agendamento das audições aprovadas fossem decididos em reunião da mesa da Comissão com os Senhores Deputados Coordenadores dos Grupos Parlamentares. Pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP) foi igualmente sugerido que apenas algumas dessas audições tivessem lugar no plenário da Comissão, ficando outras a cargo de um grupo de trabalho criado para o efeito.

Foi também adiada a discussão e votação na especialidade do segundo conjunto de iniciativas legislativas (B) – projetos de lei n.ºs 64/XIII/1.ª (PCP) - [Altera o Código de Processo Penal limitando a aplicação do processo sumário aos crimes de menor gravidade \(Procede à 24.ª alteração ao Código de Processo Penal\)](#); 68/XIII/1.ª (BE) - [Altera o Código de Processo Penal, revogando a possibilidade de julgar em processo sumário crimes com moldura penal superior a 5 anos de prisão](#); e 72/XIII/1.ª (PS) - [Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos](#) –, igualmente por faltarem pareceres solicitados pela Comissão.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

No quarto ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 4/XIII/1.ª a 8/XIII/1.ª, correspondentes às reuniões de 1 a 23 de dezembro de 2015, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Por último, no ponto reservado a outros assuntos, foi designado Deputado relator o Senhor Deputado António Gameiro (PS) do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2014, solicitado pela 5.ª Comissão (COFMA).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de janeiro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Baccelar de Vasconcelos)

Nota: aprovada a 03-02-2016



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 9/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Pimpão
Sandra Cunha
Vânia Dias da Silva
Carla Tavares
Inês de Medeiros
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Pedro Delgado Alves